

Quando em 1986 Portugal integrou a CEE, soaram as trombetas da paz, do progresso, da igualdade. Hoje, a UE tem no cadastro meia dúzia de guerras de agressão, regride economicamente, empobrece as classes trabalhadoras, corta apoios sociais, discrimina os povos do sul, discute a expulsão dos imigrantes.

Não é um desvio do bom caminho: é o resultado do alargamento das relações capitalistas a todo o continente. As burguesias nacionais agregaram-se na UE para reforçarem o seu poder comum. Uma união europeia capitalista só podia ser imperialista, menos democrática e mais desigual, como hoje a vemos. É por esta senda — aberta pelos governos capitalistas de todos os matizes, que se encarregaram de esmagar as aspirações populares — que a extrema-direita se prepara para cantar vitória nas eleições de dia 25.

Nestes 28 anos, o capital português fundiu-se no capital europeu e é dele um apêndice. A política nacional, naturalmente, é uma extensão da política acertada em Bruxelas. A nossa luta contra a UE só pode, pois, ter por alvo o capitalismo globalizado e os efeitos dessa situação nova no país.

Derrotar o governo PSD-CDS em 25 de Maio será mais um sinal de rejeição da política de ataque ao trabalho. Mas para isso importa repudiar também os demais partidos da austeridade (dura ou branda), os defensores do pagamento da dívida (a curto ou longo prazo), as forças de quem explora a massa trabalhadora — porque foram todos eles que, do mesmo modo, abriram a senda a Passos Coelho e à sua trupe.

Em todo o caso, nada de definitivo se resolverá no dia 25. Enquanto o poder na Europa não for combatido a partir do único bastião que lhe pode fazer frente — o da luta de classe, nacional e internacional, dos trabalhadores contra o capital — será tão inútil discutir reformas democráticas da UE, como propor que o país saia da União, como decretar o fim do euro.

## 25 ABRIL . 40 ANOS



Viva a classe operária. Greve sim, lock-out não. Repressão aos fascistas. Morte à PIDE. Manifestação dos operários da Lisnave. Setembro de 1974

**A 'reforma' do Estado** *pág. 3-5*

**Independência nacional  
ou internacionalismo?** *pág. 6*

**Valores de Abril  
e valores revolucionários** *pág. 7*

**Organização dos trabalhadores  
e revolução proletária** *pág. 8*

# É gente desta que dirige a Comissão Europeia

Durão Barroso, o ainda presidente da Comissão Europeia, “descobriu” recentemente várias coisas:

- que, quando era primeiro-ministro (2002 a 2004), chamara três vezes Vítor Constâncio a São Bento para saber se aquilo que se dizia do BPN (banco onde dominava a gente do PSD) era verdade – isto, enquanto o próprio Barroso não prestou quaisquer informações do tipo à primeira comissão parlamentar de inquérito a este caso;

- que, a propósito dos atingidos pelas medidas governamentais e subscritores do Manifesto pela Reestruturação da Dívida, Manuela Ferreira Leite e Bagão Félix (seus ex-ministros), estes eram da classe média ou média-alta – a mesma classe dele, diga-se – e que, como tal, reagiam assim aos cortes;

- que, e referindo-se à austeridade imposta a Portugal pela troika e pelo governo de Passos Coelho, tinha avisado o primeiro-ministro que há limites políticos e sociais para uma certa política. Aqui não é impossível que o tenha feito. Barroso hoje diz uma coisa e amanhã o seu contrário. Mas, neste caso, geralmente disse o contrário.

Ora, verdade ou mentira alguma das coisas que agora afirma, e independentemente das qualidades ou das responsabilidades dos indivíduos por ele referidos, Barroso o que faz hoje é tentar branquear-se, provavelmente visando uma próxima candidatura à Presidência da República ou (talvez, menos provável) algum voo internacional que almeje. Sempre oportunista! Mas, apesar

de algumas memórias serem curtas, actualmente é notória a falta de credibilidade de Durão Barroso.

Continuando a falar do actual presidente da Comissão Europeia, recordemos que este é o mesmo homem que foi anfitrião na cimeira das Lajes, em 2003, onde participaram os criminosos de guerra George Bush, Tony Blair e José Maria Aznar, cimeira que iria culminar com um ataque militar ao Iraque e prosseguir com uma sangrenta guerra que matou milhares de seres humanos e destruiu um país. Não esqueçamos, também, que para justificar a sua pesada responsabilidade, Barroso afirmava na altura, categórico, à laia de Bush, Blair e Aznar, ter visto os documentos que provavam a existência de armas de destruição maciça no Iraque. Como sabemos, armas que nunca apareceram! Para contextualizar a actuação de Barroso, para além do papel

desempenhado quando primeiro-ministro de Portugal, é indispensável ter seguido com atenção o seu comportamento no evoluir da crise europeia, assim como as declarações e práticas actuais de alguns dos seus pares, gestores do capital na Europa comunitária: Ángela Merkel, Wolfgang Schäuble, François Hollande, Durão Barroso, Mariano Rajoy, Passos Coelho e outros. Um nojo! Mas isso é o capitalismo, hoje. Não haja ilusões.

Em Portugal e na União Europeia é gente desta – oportunista, sem escrúpulos e autoritária – que, nos governos, nos aparelhos de estado e nos órgãos comunitários, condiciona a vida dos homens, facilita ou gere os negócios do capital, dirigindo a exploração das classes trabalhadoras e impondo o empobrecimento da maioria do povo, a favor do patronato e da acumulação capitalista.

**Pedro Goulart**



Soldados ao lado do povo. Juramento de bandeira no Ralis. Lisboa, 1975

## Roubo agravado

A Contribuição Extraordinária de Solidariedade vai acabar. Mas em seu lugar entra em função em 2015 um corte permanente das pensões (batizado de Contribuição de Sustentabilidade) de valor maior do que a CES primeiramente aplicada. A CES começou (2011, governo Sócrates) com um corte de 10% sobre as pensões acima de 5000 euros. Com Passos Coelho, em 2012, subiu para 25%, acima também dos 5000 euros. Em 2013 foi aplicada com taxas agravadas às pensões acima de 1350 euros. Este ano passou a atingir pensões acima dos 1000 euros. Em 2015 penalizará todas as pensões acima dos 1000 euros com taxas que começam em 2%, com a agravante de poder variar todos os anos em função de dados económicos e demográficos. Sai a troika, mas fica a austeridade.

## Bela Europa

De 2012 para 2013 o tráfico de seres humanos em Portugal mais que triplicou, de 81 para 299 vítimas (dados do Observatório para o Tráfico de Seres Humanos). A maioria são estrangeiros, 31 são portugueses e 49 são menores. Os adultos são por regra alvo de exploração laboral e os menores de exploração sexual. Sofrem ameaças e coacção, são fisicamente agredidos, têm os movimentos controlados e a documentação apreendida.

## Comadres

Silva Carvalho, o espião-maçónico amigo de Relvas, disse que foi convidado para secretário-geral do SIR por “um dos assessores principais de Passos Coelho” na altura em que este constituía governo, em 2011. O pronto desmentido do primeiro-ministro não apaga os laços de Carvalho com Coelho e salpica o governo com a lama do escândalo de espionagem e favores de que Silva Carvalho foi o centro. Aguardam-se os próximos desenvolvimentos.

## FICHA TÉCNICA

**Redacção** Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart **Colaboradores** António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

**Site** David Raposo **Contactos** Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa [jornalmudardevida@gmail.com](mailto:jornalmudardevida@gmail.com) [www.jornalmudardevida.net](http://www.jornalmudardevida.net)

## ASSINATURAS

**10 números** / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível  
Como fazer uma assinatura: **No site** [www.jornalmudardevida.net](http://www.jornalmudardevida.net) (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência. **Por correio:** envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

## Apoios ao MV

Donativo E.S. (Lisboa) 20€  
Vendas L.L. (Lisboa) 10€

# A “reforma” do Estado

Os propósitos das classes dominantes portuguesas quando falam na “reestruturação” ou na “reforma” do Estado — e na revisão da Constituição — não podem ser compreendidos se não se perceber o que é e como foi instituído o Estado que temos hoje. Sem isso, a esquerda corre o risco de ficar por uma crítica de superfície ao “revanchismo” da direita e limitar-se a produzir comentários de circunstância sobre a “falta de sentido patriótico” ou “de espírito democrático” dos dirigentes políticos no poder. E, pior que tudo, a tomar o assunto como uma campanha política de uns quantos jovens fanatizados que desaparecerá com uma mudança governativa por via eleitoral — escapando-lhe a luta de classes que está por baixo desta ofensiva.

## O compromisso

Sabe-se como a onda popular do 25 de Abril abalou o aparelho de estado fascista. Não apenas nas suas instituições como no respeitante ao poder económico em que se baseava e às classes dominantes que o sustentavam e dele viviam. Sem as colónias e, logo a seguir, sem o domínio de grande parte dos sectores económicos chave, por força das nacionalizações, a grande burguesia portuguesa da época teve de encarar a nova realidade e recompor o seu poder a partir do turbilhão de 74-75, isto é, a partir do novo equilíbrio de forças sociais criado não só pelo golpe militar mas sobretudo pela onda popular a que ele abriu portas.

O Estado democrático herdado da crise de 74-75 — concretamente o Estado laboriosamente edificado após o golpe militar de 25 de Novembro de 75 — só podia manter-se se conseguisse equilibrar minimamente os interesses dominantes do capital (de uma burguesia abalada pela onda popular) com os interesses populares que explodiram após o golpe dos capitães. Mas nestes havia a distinguir os interesses de uma pequena burguesia que rapidamente iria contentar-se com as conquistas democráticas e os interesses de um proletariado que, nas suas faixas mais radicais, tinha tomado o gosto à luta de classe e em parte à luta revolucionária.

A primeira tarefa das classes dominantes (dos sectores dominantes do capital em recomposição) seria, pois,

separar a pequena burguesia do proletariado. Foi nessa base que o golpe de Novembro pôde ter êxito e foi ainda nessa base que se desenvolveu nos anos seguintes o processo de reversão das conquistas obtidas pela onda popular revolucionária.

Do ponto de vista das classes dominantes, o sentido político do Estado consagrado na Constituição de 76 foi esse: contentar e comprar o sossego das classes médias para poder desarticular as veleidades revolucionárias da massa trabalhadora. É esse o compromisso contido na letra da Constituição; daí a sua forte componente social, as consideráveis concessões ao trabalho e mesmo as sonoras declarações sobre um futuro “socialista” e uma sociedade “sem classes”. Ver-se-ia depois, muito em breve, como isso seria na prática.

## Dois condições

Tal como na generalidade dos estados sociais do mundo capitalista, este compromisso resultava da conjugação de dois factores: a pressão da movimentação popular, quando não a acção revolucionária, e a capacidade da burguesia para pagar os custos inerentes. Amortecida a onda popular de 74-75 — isto é, eliminado o papel preponderante que a massa operária e proletária teve em ano e meio de luta de classes — tudo se conjugou para que o poder económico do capital, sem barreiras, ditasse a sua lei.



Trabalhadores rurais defendem a Reforma Agrária, 1974-75

Como foi a burguesia portuguesa, despojada das colónias e de boa parte da banca, com fraco controlo sobre diversos sectores económicos fundamentais, como foi ela capaz de encontrar os meios para pagar esse Estado Social — sabendo-se que a mudança de regime e os anos seguintes ao 25 Abril coincidem, para mais, com uma acentuada crise internacional do capitalismo?

Num primeiro momento, abrindo mão, por força das circunstâncias, de uma parte do rendimento nacional que, por 1975, andou pelos 60% para o lado do trabalho. Depois, a partir de 1986, graças ao “apoio europeu” (uma gigantesca injeção de capital) e à multiplicação dos negócios (tornada possível com a progressiva reprivatização das empresas nacionalizadas e a revogação das leis mais favoráveis aos trabalhadores).

Toda esta dinâmica de negócios novos gerou internamente a sensação de que a mobilidade social e o crescimento económico responderiam às necessidades de todos — que estava encontrado o caminho de um capitalismo moderno e progressivo para o Portugal democrático. De facto, em menos de 15 anos o rendimento médio dos portugueses aproximou-se da média europeia (50% em 1986; 75% em 2001), para depois disso voltar a afastar-se. Esta capa teve o condão de mascarar por algum tempo o 1) esmagamento da classe operária, 2) a perda

progressiva do peso político no poder das classes intermédias.

## Concentração económica, concentração política

Este processo, com efeito, deu origem (só podia ser assim) a uma concentração de riqueza e de poder nas mãos de uma camada capitalista restrita que se instalou, primeiramente, sobre uma exploração desenfreada da massa trabalhadora, e, depois, sobre a ruína progressiva dos sectores produtivos pequenos e médios. Era essa a condição de reposição de uma classe dominante suficientemente poderosa, tanto económica como politicamente.

Ora, a camada cimeira da burguesia portuguesa só podia ter feito este percurso e impor-se se tivesse, como teve, o apoio das suas irmãs europeias — ou seja, se se vendesse ao capital europeu para desse modo poder obter a sua protecção. Foi este o desiderato político e social da integração europeia do capitalismo português, que estava completada no início do milénio.

Assim, tanto em resultado da luta de classes interna, como pela evolução das relações de dependência entre as burguesias europeias, o Estado caiu gradualmente, mas de forma perfeitamente natural, nas mãos de uma clique restrita representativa dos grandes capitalistas nacionais e, por seu intermédio, do grande capital europeu.

Continuação >>

# A “reforma” do Estado

<< Continuação

## O fim da miragem

Esta aliança na CEE/UE sofreu um percalço fatal com a crise aberta em 2007-2008. A retracção dos negócios mundiais, e europeus em particular, pôs fim à “fraternidade” da UE — isto é, da burguesia europeia para com a sua parente pobre portuguesa. Por conseguinte, para a burguesia portuguesa passou a ser um luxo insustentável (material e político) manter o Estado Social, as leis laborais, as condições salariais, etc.

Não é que não “haja dinheiro” para pagar o Estado Social, como certa esquerda gosta de dizer para demonstrar a virtude da sua batalha por um capitalismo “mais equitativo”, em que “as pessoas é que contam”, etc. A questão é que a concentração de poder económico somada às baixas taxas de acumulação que caracterizam o capitalismo de hoje, para mais nos países periféricos como Portugal, obrigam o sistema a deixar-se de generosidades e a reduzir drasticamente a parte do trabalho no rendimento nacional. A colossal concentração de riqueza numa muito estreita faixa das classes dominantes e a crescente distância a que fica a massa trabalhadora é disso prova — e não se trata de um fenómeno marginal nem o fruto de uma “ideologia” liberal, neoliberal ou outra qualquer.

Nestes seis anos de crise aberta, a alteração das condições de dominação da burguesia acelerou o passo. Não admira: se desde final de 75, como vimos, o apagamento da pressão popular radical criou condições para a recomposição do poder do capital e a redução gradual das conquistas populares, a crise aberta em 2007-2008 veio dar ao capital argumentos de “urgência económica” para abreviar o processo. É esse o ponto onde estamos, e é isso que explica a arrogância do poder e a incapacidade (até agora) dos trabalhadores para fazerem frente à destruição dos direitos adquiridos em 74-75.

## A longa “reforma”

Vistas numa perspectiva alongada, percebe-se que as “reformas” (institucionais, legislativas, etc), que vêm de há décadas, são o processo longo e difícil de desmantelar o Estado produzido pelo abalo de 74-75.

Esse processo tem avançado não só porque, como foi dito, a onda revolucionária desapareceu, como, em consequência disso, os equilíbrios entre facções burguesas forjados em determinada época se desfizeram. O apoio das classes pequeno e médio burguesas à recomposição do poder tornou-se de certo modo dispensável, porque cumpriu a sua função.

Hoje o problema do poder é outro: evitar pôr em

risco o domínio da grande burguesia por quebra do apoio da pequena burguesia e das classes médias ao regime. Mas enquanto em 75 a consolidação do capital em novas bases podia oferecer campo de expansão e reais benefícios às classes médias (proprietárias e assalariadas), hoje a consolidação do capital significa a ruína de boa parte dessas mesmas classes médias.

Aquilo que se designa por “reforma do Estado” não é uma ideia exclusiva da direita, muito menos saída da cabeça de Passos Coelho. Ela foi assumida desde sempre e de forma aberta pelo PS e por toda a direita como exigência da recomposição dos grandes grupos económicos.

Não se trata, pois, como se diz, de uma questão de “agenda ideológica” dos “neoliberais” portugueses — ou, se também o é, isso decorre apenas do facto de eles acharem que chegou a altura de encarnarem com mais determinação os propósitos hegemónicos do grande capital. De facto, em pura lógica, que razão pode haver para partilhar o poder político e fazer concessões populares se o poder económico decisivo está concentrado numa classe restrita?

## Recordemos

O caminho das “reformas” começou logo em 1976: lei Barreto, lei Gonelha, lei de Separação dos Sectores, privatizações, revisões constitucionais, etc. E teve o apoio do grosso da pequena burguesia, então capitaneada, sobretudo a urbana, por Mário Soares.

Pela mão do PS, a pequena burguesia, de facto, retirou-se da luta popular de 75 verberando os “excessos” do operariado e dos assalariados pobres. Ela fora na verdade empurrada para a frente pelo radicalismo das classes trabalhadoras; mas quando achou que os seus interesses estavam já assegurados (organização em partidos políticos, eleições livres, participação na vida política e no poder e, por essa via, participação no rumo a dar aos negócios do país) a luta de massas tornou-se para ela inútil e até um estorvo. Mais: a partir daí a radicalização da acção de massas por parte dos trabalhadores poria em risco a sua participação no poder e a aliança que entretanto firmara com os sectores do grande capital. Pensava ela que podia agora gozar os frutos das “conquistas de Abril” que lhe eram caras, e acolheu-se sob a asa protectora das camadas dominantes do capital, mandando o operariado limpar-se. Pensou em suma que tinha o futuro assegurado com conquistas “civilizacionais” e “vitalícias”.

## Pagando a factura

Mas como capitalismo não é uma irmandade — a não ser a de Caim e Abel — chegou um

momento de acerto de contas entre grande capital e o pequeno e médio capital. A secundarização económica e, por via disso, também política, das classes médias é um corolário de todo aquele caminho. Privadas do ímpeto revolucionário que só o proletariado imprime à luta social, incapacitadas por si próprias de arrancar concessões à grande burguesia, ficam nas mãos do grande capital, sujeitas às regras por ele ditadas.

Hoje é possível ver isso claramente. Por exemplo, na subida brutal de impostos que liquida o pequeno comércio e a pequena indústria, ou no aumento ruinoso dos alugueres comerciais. A Confederação do Comércio é a imagem das aflições e do desnorde do pequeno proprietário que tanto apoia o aumento dos horários de trabalho e as quebras salariais (dos seus trabalhadores) para ter mais margens, como verbera a perda de poder de compra dos consumidores e o aumento dos impostos sobre o consumo por perder clientes.

O mesmo se vê no desemprego, na degradação das condições de trabalho e de remuneração dos sectores assalariados intermédios (bancários, empregados dos serviços, professores, funcionários públicos, militares, polícias) e dos trabalhadores por conta própria, e na falta de perspectivas de vida da massa estudante. Sectores estes que, juntamente com a pequena burguesia proprietária, deram base social à contra-revolução novembrista e dos anos seguintes e que nos anos 80 faziam eco, contra as lutas populares e as greves, do brado cavaquista “Eu trabalho!” e se pavoneavam com ele colado na lapela.

## Não sem contradições

O proletariado, posto à margem de qualquer influência sobre o poder em Novembro de 75, pôde constatar desde então que a história da bela democracia novembrista apenas lhe demonstra, a cada dia, que o domínio do capital é incompatível com a afirmação dos interesses populares. É isto que permite entender a perda de importância política e a degradação das eleições, da vida parlamentar e de todas as instituições do regime e bem assim o descrédito dos partidos — não apenas dos do poder, já se vê, mas de todos os que vivem dentro dos limites do regime.

Nesta perspectiva, não há “reforma do Estado” que valha para os trabalhadores, uma vez que qualquer “reforma” procurará acomodar as instituições e a prática política do regime às necessidades de reforço do poder do capital, tal como ele hoje se conforma: concentrado numa camada cada vez mais estreita de capitalistas.

Um outro lado desta evolução que interessa considerar é este:

Sabido que aquela concentração de poder assenta na ruína da pequena propriedade e na degradação das condições de vida dos assalariados em geral, a miséria e a proletarianização são ameaças que atingem as camadas inferiores da pequena burguesia e as



Fora o fiscal do bairro. Manifestação de moradores. Porto, Maio 1974

## A “reforma do Estado” não é uma ideia exclusiva da direita, muito menos saída da cabeça de Passos Coelho

burgueses que o seguem a manterem-se na barricada do poder — a troco de que vantagens, está para se ver. O mesmo papel desempenham as facções que no PSD e no CDS sempre estiveram na vanguarda das reformas das leis laborais e por aí fora, e agora fazem figura de esquerda diante de um primeiro-ministro ao serviço, sem rebuço, do grande capital português e do capital dominante europeu.

Uns e outros, pela natureza da sua posição política, não podem senão dizer que sim à “necessidade” da reforma do Estado (como já estão fartos de afirmar) e caminhar ao arrasto das forças que realmente comandam o processo, inventando de tempos a tempos uma versão “moderada” do que efectivamente irá ser posto em prática.

As críticas vindas de sectores da direita sobre a forma como a governação está a ser conduzida e sobre o ataque à Constituição e ao Estado têm a ver, pois, com o receio de que as camadas médias se afastem do seu tradicional apego às instituições e descalcem o poder.

### Consequências

É sabido no que consiste o “emagrecer” do Estado proposto pelo capital: a eliminação, ou a redução a dimensões simbólicas, dos grandes apoios sociais (a Saúde pública, a Educação pública, o regime público de Segurança Social) e o reforço da capacidade repressiva do Estado (desde as polícias e a Justiça à cobrança de impostos). A batalha imediata da massa trabalhadora tem de se centrar nisto, como de resto tem acontecido.

Mas a defesa das conquistas sociais que ainda restam não pode ser feita como se se tratasse de uma travagem da história ou de um regresso ao passado. Tem de ser enquadrada na exigência de um sistema social diferente em que prevaleçam os interesses da massa trabalhadora, que reclame a colocação dos recursos existentes ao serviço da comunidade. Um tal sistema não é compatível com o domínio dos interesses privados e da propriedade privada, não é compatível com uma organização social regulada pela rentabilidade dos negócios.

A crise do capitalismo força a burguesia a recompor o seu modo de exercer o poder — blindando o Estado e despiando-lhe as vestes sociais. Agudiza-se, também neste aspecto, o antagonismo entre o capital e o trabalho. Em épocas como esta, torna-se não só necessário mas obrigatório atacar o próprio sistema de exploração.

**Manuel Raposo**

vulnerável, porque sabe que enfrenta uma vasta classe de proletários e extensas camadas pequeno burguesas sem futuro. Esta evolução, não só portuguesa mas mundial, afigura-se irreversível com os dados que estão à vista.

Estamos longe, portanto, de ver um futuro de progresso e de liberdade. Na verdade, as coisas marcham em sentido inverso, desmentindo todas as esperanças fundadas num gradual “aprofundamento democrático” no quadro do regime, num acumular “civilizado” de bem-estar — quanto mais numa “transição pacífica” para o socialismo.

Diante dos factos, há quem pergunte: não seria melhor uma via “moderada” que salvasse alguma coisa do que há a salvar? Se essa fosse a alternativa, sem dúvida que sim. Mas a questão está em que não serão as classes médias a conseguir impor nem mesmo essa via moderada. Se há lição viva do movimento popular de 74-75 é esta: ou a massa trabalhadora toma a iniciativa, arrasta as camadas intermédias, ou boa parte delas, e pelo menos arranca concessões ao poder — e, consoante a força do movimento assim criado, poderá chegar a travar a ofensiva do capital; ou pelo contrário a massa trabalhadora fica na expectativa das “alternativas moderadas” das camadas médias, aceitando ser mera força de apoio delas para “não as assustar”, e o resultado será uma vitória do poder. Como se viu nos últimos 39 anos.

### Oposição a várias vozes

É claro que a montagem de um Estado adaptado às conveniências do poder económico dominante, socialmente restrito como já vimos, suscita múltiplas oposições, mesmo de sectores não proletários. Está aí a principal razão do chamamento feito ao PS para se integrar nesse processo. Não propriamente para dar ideias novas, mas para desempenhar o papel crucial de convencer os sectores sociais pequeno-

camadas médias dos assalariados.

Marginalizadas do poder, reclamam agora contra a falta de representação dos seus interesses, sentem-se arredadas das decisões económicas fundamentais, queixam-se da falta de crédito e da usura dos bancos, percebem enfim que a democracia não lhes concede o lugar de destaque a que se julgavam com direito.

É esta constatação de perda de privilégios e a ilusão de que “há melhorias a fazer” que alimenta as correntes políticas que pugnam pelo “reforço da cidadania”, pela “aproximação” entre eleitos e eleitores, que pretendem “moralizar” a vida das instituições, que defendem enfim uma “boa” reforma do Estado contra uma “má” reforma do Estado — tudo na condição de o sistema social não ser alterado pela base. O que essas classes ainda têm em mente é uma outra repartição do poder em que elas pudessem voltar a ter alguma voz.

Por isso mesmo, o congénito oportunismo de Mário Soares — o ferro de lança do combate ao “comunismo” e ao “totalitarismo” em 75, o homem que reconduziu as classe médias ao seu lugar de sustentáculo do grande capital e do Estado — leva-o a chamar nomes feios (inteiramente merecidos) aos actuais governantes e a queixar-se de que vivemos numa “pseudo democracia”. Falta dizer, mas isso ele nunca há-de entender, que foi ele mesmo um dos que abriram as portas ao regime que aí temos.

### O Estado que está na forja

Um Estado assente na base social estreita que hoje detém o poder efectivo (finança, grande indústria, monopólios da energia, dos serviços e das comunicações, grande comércio) — para mais em prolongada crise de acumulação que ameaça eternizar-se — só pode impor-se pela violência, e crescente violência. Porque se sente mais isolado e isso o torna mais

# Independência nacional ou internacionalismo proletário?

Com o capitalismo globalizado e Portugal integrado na União Europeia há quase 30 anos (por imposição das classes dominantes portuguesas), os trabalhadores e os pobres foram submetidos a uma forte exploração e sofreram várias ignomínias, com destaque para o nefasto papel dos governos de Sócrates e de Passos Coelho, lacaios e cúmplices do imperialismo europeu, particularmente da Alemanha. A entrada acrítica na União Europeia e no Euro foram os responsáveis por grande parte das malfetorias que mais recentemente atingiram a maioria dos portugueses.

**M**as não se revelam credíveis as “soluções” apontadas por alguns sectores de esquerda e de centro-esquerda no sentido da saída do país da União Europeia e do Euro. Com tal política, pensam alguns, salvar-se-ia Portugal da crise e ficaríamos libertos do imperialismo. Mas, da actual crise capitalista, enquanto estivermos enquadrados neste sistema sócio-económico mundial de exploração, não vemos como Portugal possa libertar-se. Pois a crise capitalista é geral e inerente ao próprio sistema, encontrando-se hoje numa fase aguda, sem fim à vista.

Que classes sociais suportariam tal política de afastamento em relação à Europa? Só a pequena burguesia e alguns elementos (poucos) da média poderiam apoiar aqueles sectores de esquerda que hoje propugnam afincadamente tal política. E esta “solução” não nos livraria do empobrecimento nem de um aparelho de dominação sobre os trabalhadores. Mais, as relações sociais de trabalho não sofreriam quaisquer alterações significativas. Mas não parece que esta questão fundamental constitua grande preocupação para os sectores e os indivíduos que defendem tal política. Com ela, capitalismo e imperialismo não arredavam pé daqui!

Numa perspectiva que defenda realmente os interesses imediatos dos trabalhadores, assim como o seu futuro poder, o acertado será que à globalização do capitalismo e às suas instituições de classe burguesa (centrais patronais, CE, BCE, FMI, NATO, etc), em vez das lutas isoladas em cada país, os trabalhadores portugueses oponham as suas organizações e lutas de classe proletárias, articulando-as a nível europeu e mundial. Nesta linha de pensamento, “o proletariado deve rejeitar tanto a miragem do regresso a um passado nacional morto, como as promessas imperialistas de uma “Grande Europa”.

**Pedro Goulart**

## Liquidando o SNS

Só nos primeiros cinco meses deste ano, 215 médicos abandonaram ou vão abandonar o Serviço Nacional de Saúde (SNS), de acordo com as listas de aposentações de Janeiro a Maio. E a esses 215 médicos juntam-se 250 enfermeiros que já se aposentaram ou que o vão fazer ainda em Maio.

Com os governos de José Sócrates começava o encerramento de unidades de saúde e a concentração de urgências. Aos que protestavam, por verem aumentar a distância para o hospital ou para o centro de saúde mais próximo, alguns chamavam despesistas, porque haveria, diziam, sempre uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER), que iria garantir um atendimento rápido e de qualidade. Depois, o governo de Passos Coelho, pela mão de Paulo Macedo, prosseguiu o desmantelamento do SNS, concentrando e extinguindo ainda mais urgências e serviços, racionando ainda mais medicamentos e exames complementares de diagnóstico, reduzindo salários e efectivos. Contudo, em Dezembro de 2013, e na sequência desta política de cortes, acontecia um acidente, precisamente no momento em que uma dessas viaturas estava inoperacional: quatro mortos. Pouco depois, outra vez a mesma VMER, a de Évora, voltaria a estar fora de serviço e um novo acidente em Estremoz. Mais dois mortos. O médico que estava escalado para essa tarde faltara, por motivos de saúde, e não havia ninguém para o substituir. E, face à gravidade da situação, o hipócrita Paulo Macedo “resolve” os problemas com mais umas quantas comissões de inquérito! O Serviço Nacional de Saúde foi uma daquelas boas conquistas que os trabalhadores e o povo conseguiram a seguir ao 25 de Abril de 1974 e que os últimos governos do capital têm vindo a tentar liquidar. Também, aqui, exige-se uma luta firme na defesa dos nossos direitos.

**Carlos Completo**

Viva a classe operária. Viva a liberdade. Manifestação em Almada, 28 de Abril de 1974



# Valores de Abril e valores revolucionários

Em Portugal, há 40 anos, o 25 de Abril constituiu um golpe de morte no regime fascista, e nesse desígnio esteve junta a maioria do povo português — as várias classes a quem o fascismo oprimia — a começar nas classes trabalhadoras, e na mais explorada de todas: a classe operária. Mas também as classes burguesas ansiosas de modernização do país. Foi assim, um acontecimento histórico que pareceu capaz de, momentaneamente, unir trabalhadores e patrões, as camadas populares e os burgueses; e como se sabe, esta é uma união impossível porque contém em si dois pólos opostos que se repudiam.

**O** promotores do golpe militar de 25 de Abril tinham como objectivo a instauração de uma democracia burguesa, com os direitos inerentes a esse tipo de regime: o voto popular, a liberdade de expressão, de manifestação, de reunião, de organização, em suma, uma democracia burguesa à maneira ocidental, sem tocar na propriedade privada dos meios de produção, nas forças armadas, nas instituições judiciais e nas forças de segurança do antigo regime. Festejemos hoje e sempre a morte do fascismo, do colonialismo, as portas abertas das prisões da ditadura. A Liberdade!

Estes foram os valores de Abril, com os quais se instaurou o novo regime que em 25 de Novembro haveria de ter o seu coroamento, através de outro golpe de Estado que obteve o apoio das classes médias e do grande capital. Necessariamente moldado aos interesses das classes dominantes.

## Para lá do capitalismo

O processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril visava mais longe, certamente titubeante, mas, como em qualquer processo revolucionário, as massas puseram em acção a sua combatividade e criatividade, e surgiu o esboço de uma resposta visando um regime para lá do capitalismo.

Em resposta à sabotagem económica, nacionalizaram-se bancos, ocuparam-se empresas, ocuparam-se terras e casas, procedeu-se a um controlo

operário e popular através de órgãos de base. Comissões de trabalhadores, comissões de moradores, assembleias populares, comissões de soldados e marinheiros puseram em marcha a democracia popular, a democracia nos quartéis. Os patrões sabotadores, uns foram presos, outros fugiram espavoridos.

Estes foram os valores populares e revolucionários que se assumiram para além dos ideais do 25 de Abril e dos seus valores democráticos; era a busca do socialismo, do poder popular que fugiu ao controle dos ideólogos do manso 25 de Abril.

## Os valores que festejamos

Quando falamos em valores de Abril não podemos meter no mesmo saco os valores do proletariado e os valores democrático-burgueses. São os valores populares revolucionários que festejamos e que urge fazer reviver na nossa memória colectiva.

Poderemos fazer a seguinte analogia, embora os acontecimentos tenham dimensões bem diferentes: A Revolução Francesa foi uma revolução burguesa que depôs a monarquia e lançou as consignas que ainda perduram como conceitos chave de uma mudança de paradigma: Liberdade, Igualdade, Fraternidade assim a proclamou a burguesia nesse tempo em que ainda era progressista e rasgava o desenvolvimento social e o desenvolvimento económico para uma classe: a burguesia.

Cem anos mais tarde surgiu a Comuna de Paris, que representou um corte com o

sistema burguês, e proclamou as novas ideias comunistas do proletariado, a necessidade de abolir a propriedade privada capitalista dos meios de produção, a organização do Estado em comunas, passar a igualdade à prática abolindo privilégios e tentando acabar com a antiga sociedade organizada para uma minoria exploradora. Foram radicalmente diferentes os valores defendidos pela revolução francesa e pela comuna de Paris. Uns eram os valores burgueses, os outros eram os valores do proletariado, do povo miserável que quis ter o direito à sua própria organização social.

À sua maneira, o nosso 25 de Abril (golpe de estado que se transformou numa revolução pela força posterior da participação popular), depôs o regime fascista e repôs as liberdades inerentes a uma democracia burguesa incluindo a liberdade de escolher quem vai explorar o povo com o seu aval e o seu voto, e que hoje são ainda os valores burgueses em que se alicerça a sociedade de exploração do homem pelo homem em que vivemos.

## Uma necessidade histórica

Diferentes são os valores por que os trabalhadores lutaram, com o proletariado a pôr na ordem do dia a necessidade de uma nova organização social, apoiada na organização do poder popular, eliminando o

capital e o seu poder, abrindo caminho ao socialismo e ao fim da exploração do homem pelo homem.

Não podemos pois confundir nunca os valores burgueses de Abril e de Novembro — tão ao gosto da pequena burguesia — com os valores populares e revolucionários que o processo revolucionário pós Abril começou a erguer e que, esses sim, permanecem actuais e uma necessidade histórica a concretizar.

O proteccionismo dos militares radicalizados pela influência das lutas populares constituiu um pára-choques ao avanço da vanguarda operária e popular. A ausência de um projecto de poder anti-capitalista, a conciliação dos reformistas com os moderados, limitados à construção de uma democracia avançada, a ausência de uma organização partidária capaz de se assumir como pólo aglutinador das diversas correntes de esquerda e de disputar o poder, e, essencialmente, o reformismo dominante na maioria das massas, foram os entraves que a luta de classes não foi capaz de resolver. A festa ficou a meio para o proletariado; foi o capital, apoiado nas classes médias timoratas, quem retomou as rédeas de um poder que nunca chegou a pertencer ao proletariado.

Foram dois 25 de Abril: o democrático burguês e o popular revolucionário, que são afinal a expressão de interesses de classe diferentes e antagónicos.

Festejemos os valores populares e revolucionários de Abril deixando esclarecido que são outros os valores democráticos burgueses. Ousemos dizer definitivamente não ao capitalismo, correndo com o governo, a troika e a ditadura de Bruxelas. É isso que está em questão neste 25 de Abril, na certeza de que um novo Abril com todos não se repetirá. Retomar o que ficou a meio vai exigir uma revolução social.

**José Borralho**

**Não podemos confundir os valores burgueses de Abril e de Novembro com os valores populares e revolucionários que o processo revolucionário começou a erguer. Esses sim, permanecem actuais e uma necessidade histórica a concretizar**

# A organização dos trabalhadores e a revolução proletária

Com a luta de massas que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, foram grandes as conquistas obtidas pelas classes trabalhadoras e pelo povo: no domínio das liberdades, a nível da organização (comissões de trabalhadores e de moradores, sindicatos, poder popular), nos aumentos salariais, nas ocupações de casas, terras e empresas, no campo social (saúde, ensino e segurança). Mas a falta de experiência política e de capacidade organizativa revolucionárias da maior parte dos envolvidos nas lutas haviam de levar a uma pesada derrota no 25 de Novembro de 1975. E, daí para cá, sob a pata do patronato e com a intensificação da exploração capitalista, os trabalhadores e os oprimidos perderam parte significativa das suas conquistas, vendo mesmo atingidos alguns direitos fundamentais.

O golpe militar do 25 de Abril surgia numa altura em que já começara a evidenciar-se o declínio do capitalismo a nível mundial, particularmente através da queda sustentada da taxa de crescimento do Produto Bruto. E que face à crise de sobreprodução que se verificou ao longo das últimas décadas, assim como em resposta às dificuldades na acumulação de capital, surgiu uma forte especulação financeira - enorme crescimento dos produtos financeiros derivados - que havia de levar, em 2007, ao rebentamento de uma bolha especulativa, com as nefastas consequências que hoje todos conhecemos: falências, desemprego, aumento das desigualdades, fome.

Embora o estouro financeiro de 2007 tivesse surgido numa altura em que o proletariado mundial se encontra disperso e politicamente enfraquecido, a verdade é que novas camadas de explorados e

oprimidos se lhe vieram juntar, engrossando o seu caudal: entre outros, os camponeses transformados em operários, o exército dos trabalhadores precários e mesmo muitos elementos das chamadas classes médias hoje empobrecidos. Assim, ao contrário do que alguns afirmam, o proletariado não acabou. Apenas precisa de se organizar e de agir como classe. É indispensável que se dote das adequadas estruturas orgânicas, em termos reivindicativos e políticos, capazes não só de desarticular e derrubar a ordem capitalista vigente mas, também, de garantir o exercício do seu poder como classe.

Foi no contexto europeu e mundial que acabamos de referir, que a troika chegou a Portugal, em 2011. Com a orientação e o apoio da troika imperialista, o patronato e os seus lacaios no governo e no aparelho de estado empenharam-se em exaurir o pouco que, em vários domínios, ainda restava de favorável aos explorados e ao povo. Elevado nível de desemprego, diminuição de direitos arduamente conquistados e empobrecimento generalizado, tais alguns dos resultados das imposições da troika e do patronato português. À alegria explosiva e à esperança de há 40 anos sucedem hoje, entre nós, a tristeza e a desesperança de quase todo um povo.

Contudo, a revolta dos atingidos, apesar de muitas vezes espontânea e desorganizada, também trouxe para a rua em protesto centenas de milhares de trabalhadores, precários, desempregados e reformados. E a proletarianização crescente mostra, também aqui, estar na ordem do dia. Saibamos alimentar e organizar adequadamente a revolta, não para trocar uns gestores do capital por outros, mas com o objectivo central da tomada e exercício do poder pelo proletariado. É essa a alternativa por que lutamos.

**Pedro Goulart**

Lisboa, 25 de Abril de 1974



Mudar de Vida . Março-Abril 2014

## Ídolos...

A morte de Veiga Simão foi pretexto para os habituais elogios fúnebres. Até aqui, nada de extraordinário: mais longe já tinham ido um PS que andou com ele ao colo depois do 25 de Abril, um Mário Soares que o nomeou seu ministro da Indústria na coligação do Bloco Central, um António Guterres que o nomeou mais tarde seu ministro da Defesa. Elogiá-lo depois de morto terá sido, apesar de tudo, menos melindroso do que decidir atribuir-lhe responsabilidades políticas em vida. Sem surpresas, os encómios do PS concentraram-se principalmente na acção do falecido à frente dos seus dois Ministérios do pós-25 de Abril.

Mais curioso foi o elogio fúnebre de Nuno Crato, que se referiu especificamente à pasta de Simão no tempo do fascismo. Para Crato, o último ministro marcelista da Educação foi "responsável por uma vasta reforma que permitiu lançar as bases para a generalização e democratização do ensino". Com a idade que tem Nuno Crato e com o seu passado político de esquerda — longe vai ele —, é natural que ainda tenha sentido na pele o que significava essa reforma. A palavra "gorilas" não lhe diz nada?

A imagem que Crato retém de Simão diz-nos mais sobre Crato do que sobre Simão. Se o actual ministro idolatra o seu antecessor, não deveremos nós esperar que lhe siga o exemplo e mande, um dia destes, para as escolas, um bando de gorilas com a missão de meterem na ordem os professores e os estudantes? Essa sim, seria uma comemoração do 25 de Abril sincera e sentida, saída bem do fundo da alma deste Governo trauliteiro.

**António Louçã**

### DITO

Uma característica essencial do Estado consiste num poder público distinto da massa do povo.

*A Origem da Família...* (1884)

F. Engels